



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO

Rua Coronel Clementino Coelho, 203 Centro - Afrânio - PE

C.N.P.J.: 10.358.174/0001-84

(87) 3868-1054 / (87) 3868-1038

## LEI Nº 282/2006.

EMENTA: Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal. da Educação do Município de Afrânio e da outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AFRÂNIO**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, faz saber que a Câmara de Vereadores de Afrânio, aprovou e eu sanciono o seguinte Projeto de Lei:

### CAPITULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de educação CME do Município de Afrânio, Estado de Pernambuco, nos termos do disposto no "caput" do art. 211 da Constituição Federal, órgão colegiado e permanente do Sistema Municipal de Ensino, normativo, consultivo e deliberativo e fiscalizado em matéria de educação e sobre os temas de sua competência.

Art. 2º O CME tem como objetivo assegurar aos grupos representativos da comunidade o direito de participar da definição das diretrizes da educação no âmbito do Município, concorrente para elevar a qualidade dos serviços educacionais.

Art. 3º O CME, no exercício de suas atribuições, propugnará para que a educação seja direito de todos e assegurada mediante políticas econômicas, sociais e culturais, visando garantir o acesso e a permanência a educação contínua de qualidade, sem qualquer discriminação, e pela gestão democrática nas escolas de seus sistema de ensino.

### SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA

Art. 4º Ao CME compete:

I – participar da elaboração das políticas públicas para a educação do Município;

II – avaliar e manifestar-se sobre o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual relativamente a educação;

III – fiscalizar a aplicação de recursos públicos e aqueles oriundos dos convênios, doações e outros, destinados aos setores públicos e privado da educação, incluindo verbas de fundos federais, estaduais e municipais;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO**

Rua Coronel Clementino Coelho, 203 Centro - Afrânio - PE

C.N.P.J.: 10.358.174/0001-84

(87) 3868-1054 / (87) 3868-1038

IV – emitir parecer, quando solicitado, sobre:

- a) propostas de convênios educacionais, suas renovações entre o Município e entidades públicas ou privadas;
- b) o interesse e a necessidade de eventual assistência do Município as instituições particulares, filantrópicas, comunitárias e confessionais, no que se refere à educação.
- c) parte diversificada do currículo escolar;
- d) Recursos em face de critérios avaliatórios escolares;
- e) autonomia e gestão democrática das escolas públicas municipais;
- f) classificação e progressão do estudante nas etapas da educação básica;
- g) integração, no SME, das instituições de educação infantil criadas e mantidas pelo poder público e pela iniciativa privada;
- h) outras matérias mediante solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

V – assegurar a publicidade de informações sobre o Sistema Municipal de Ensino, tais como, o número de profissionais e de alunos, bem como as receitas, as despesas do setor e o custo/aluno por níveis de ensino;

VI – responder a consultas e emitir pareceres em matéria de ensino e educação no âmbito do Sistema Municipal de Ensino;

VII – estabelecer critérios que orientam a elaboração da proposta pedagógica das instituições que compõem o Sistema Municipal de Ensino;

VIII – autorizar mudanças na organização e no currículo da educação regulada por este Conselho, observada a legislação federal;

IX – funcionar como instância recursal no âmbito de suas atribuições;

X – contribuir para o diagnóstico da evasão, repetência e problemas na oferta e na qualidade do ensino nas escolas, apontando alternativas de solução;

XI – propor ações educacionais compatíveis com programas de outras secretarias, como : Saúde, Desenvolvimento Social , Cultura, Esporte e Meio Ambiente, bem como manter intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa;

XII – divulgar através de publicações, as suas atividades nos veículos de comunicação do Município;

XIII – autorizar e acompanhar experiências pedagógicas, assegurando a validade dos estudos realizado;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO

Rua Coronel Clementino Coelho, 203 Centro - Afrânio - PE

C.N.P.J.: 10.358.174/0001-84

(87) 3868-1054 / (87) 3868-1038

XIV – acompanhar a política de convênios educacionais entre Município e entidades públicas e privadas;

XV – acompanhar e fiscalizar a implementação das diretrizes aprovadas na Conferência Municipal de Educação.

XVI – elaborar e aprovar seu regimento interno;

XVII – elaborar e aprovar o regimento, a organização, a convocação e normas de funcionamento das conferências municipais de educação bem como as das plenárias municipais de educação;

XVIII – encaminhar à Secretaria Municipal de Educação as proposta orçamentária anual do CME;

XIX – colaborar como dirigente do órgão municipal de educação no diagnóstico e na solução de problemas relativos à educação, no âmbito do município;

XXII – zelar pela universalização da educação básica e pela gradual implantação da jornada escolar de 8 (oito) horas e do horário integral;

XXIII – zelar pelo cumprimento da legislação escolar aplicável a educação e ao ensino;

XXIV – pronunciar-se sobre as ações ou formas de cooperação entre União, Estado e Município;

XXV – zelar pela valorização dos profissionais da educação;

XXVI – criar estratégias que favoreçam a ampla participação da comunidade, incentivando, dentre outras coisas, a criação de associações de pais, professores, alunos e funcionários nas questões de políticas educacionais do SME;

XXVII – participar da elaboração no Plano Municipal de Educação, bem como acompanhar e fiscalizar sua execução;

XXVIII – propor normas complementares para o Sistema Municipal de Educação-SME.

## SEÇÃO II DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 5º O CME é composto de 13 (treze) membros, assim discriminados:

I – 03 (três) representantes dos órgãos governamentais do Município, indicados pelo Prefeito, sendo pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação;

II – 1 (um) representante das instituições particulares de educação infantil;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO

Rua Coronel Clementino Coelho, 203 Centro - Afrânio - PE

C.N.P.J.: 10.358.174/0001-84

(87) 3868-1054 / (87) 3868-1038

III – 1 (um) representante das instituições filantrópicas, comunitárias ou confessionais de educação infantil;

IV – 3 (três) representantes dos pais de alunos das escolas municipais;

V – 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI – 1 (um) representante da Câmara Municipal, indicado por sua Mesa Diretora;

VII – 2 (dois) representantes dos trabalhadores em educação das escolas públicas municipais;

VIII – 1 (um) representante dos professores das escolas particulares de educação infantil;

Parágrafo único – O CME tem igual número de suplentes.

Art. 6º Os conselheiros referidos nos incisos II, III, IV, VII, VIII, bem como os seus suplentes, serão eleitos por seus pares em plenárias dos respectivos segmentos, promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e realizadas para este fim.

Parágrafo único – Os suplentes a que se refere o caput substituirão os membros do seu respectivo segmento de acordo com o quantitativo de votos que receberam, de forma decrescente.

Art. 7º Os conselheiros referidos nos incisos V, VI, bem como seus suplentes, serão indicados pelas respectivas instituições e entidades.

Parágrafo único – No impedimento, afastamento ou ausência de membro titular pelo Prefeito Municipal e de seu respectivo suplente, aquele será substituído por um dos demais suplentes representantes do Executivo.

Art. 8º Os conselheiros titulares e os suplentes terão seus nomes homologados por ato do Executivo.

Art. 9º A função de membro do CME não será remunerada, sendo seu exercício considerado relevante serviço prestado à população, tendo prioridade sobre o de quaisquer outras, não se computando, em relação a cargo público exercido cumulativamente, as ausências determinadas pelo comparecimento as sessões do Conselho ou participação em diligências e trabalhos especiais.

Art. 10º O suplente substituirá o membro titular do Conselho em seu impedimento, afastamento ou ausência.

§ 1º Caracteriza impedimento o não comparecimento do conselheiro titular quando convocado para outra atividade por unidade do Legislativo, Executivo ou Judiciário.

§ 2º Caracteriza afastamento o não comparecimento do conselheiro titular por motivo de licenças: maternidade, paternidade, de saúde ou aquelas motivadas por interesses pessoais ou interesses de trabalho.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO

Rua Coronel Clementino Coelho, 203 Centro - Afrânio - PE

C.N.P.J.: 10.358.174/0001-84

(87) 3868-1054 / (87) 3868-1038

§ 3º A solicitação de afastamento deve conter a justificativa e indicar o período concenente.

§ 4º A solicitação de afastamento será apreciada pelo Plenário.

Art. 11º No caso de vacância da função de conselheiro do CME, adotar-se os seguintes critérios para escolha do novo membro que irá cumprir o prazo restante o prazo do mandato:

I – na hipótese de o conselheiro ter sido definido na forma do art. 8º, o CME encaminhará a eleição para a escolha do novo representante;

II – nos demais casos, caberá à entidade ou órgão correspondente indicar novo conselheiro;

III – na vacância, até que seja feita nova eleição ou até que seja indicado novo conselheiro e conselheiro suplente assumirá a função de conselheiro titular;

Art. 12º O mandato do conselheiro será de 02 (dois) anos, permitirá uma recondução.

Art. 13º O conselheiro que não comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas, anualmente, sem justificativa por escrito, até a data da próxima reunião, deverá ser substituído na forma deste regimento.

## SEÇÃO III DA CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO

Art. 14º O CME será constituído por:

I – Plenário

II – Mesa Diretora

III – Câmaras Técnicas

IV – Comissões Especiais

Art. 15º O Plenário é o órgão de deliberação máxima e conclusiva do Conselho municipal de Educação;

Art. 16º Compete aos membros do Plenário:

I – examinar, avaliar, propor e deliberar soluções as pautas e aos problemas submetidos ao CME;

II – comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias do CME;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO

Rua Coronel Clementino Coelho, 203 Centro - Afrânio - PE

C.N.P.J.: 10.358.174/0001-84

(87) 3868-1054 / (87) 3868-1038

III – solicitar diligências em processo que, no seu atendimento não estejam suficientemente instruídos;

V – propor alterações no presente regimento;

VI – exercer outras atribuições e atividades inerentes a sua função de conselheiro da educação;

VII – deliberar sobre os casos omissos.

Art. 17º A Mesa Diretora será composta de :

- a) Presidente;
- b) 1º Secretário
- c) 2º Secretário

Art. 18º O Presidente do CME é indicado e nomeado pelo Prefeito.

§ 1º - O mandato do Presidente será de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 2º Cabe ao Presidente:

I – representar ao designar representantes do Conselho Municipal de Educação, ao referendado do Plenário;

II – deliberar-se sobre questões administrativas do Conselho;

III – indicar servidores municipais que irão compor a estrutura de apoio do Conselho, ouvido do Plenário;

IV – solicitar ao órgão competente recursos financeiros e materiais necessários ao funcionamento do Conselho;

V – instituir comissões especiais para a realização de tarefas afetas ao órgão.

VI – solicitar do órgão competente recursos financeiros e materiais necessários ao funcionamento do Conselho;

Art. 19º Os demais membros da Mesa Diretora serão eleitos, pelo Plenário, através de voto direto de seus integrantes e por maioria simples, nos termos do Regimento Interno.

Parágrafo único – Os membros da Mesa Diretora terão mandato de dois anos, podendo ser reeleitos.

Art. 20º A Mesa Diretora será responsável:





# PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO

Rua Coronel Clementino Coelho, 203 Centro - Afrânio - PE

C.N.P.J.: 10.358.174/0001-84

(87) 3868-1054 / (87) 3868-1038

- I – pela convocação, efetivação e coordenação de todas as reuniões ordinárias e extraordinárias do órgão;
- II – pelos assuntos administrativos, econômico financeiros e operacionais e operacionais, submetidos à apreciação e deliberação do plenário;
- III – pelo encaminhamento de todas as providências e recomendações determinadas pelo Plenário; IV – pelo encaminhamento de todas as providências e recomendações determinadas pelo Plenária;
- IV – pela organização e encaminhamento da pauta das reuniões com antecedência, aos conselheiros;
- V – pela ciência de todas as correspondências recebidas e expedidas;
- VI – pelo amplo conhecimento público de todas as atividades e deliberações do CME;
- VII – pela elaboração e sistematização de relatório anual de atividades de CME, submetendo-o ao Plenário;
- VIII – pela distribuição de trabalhos e processos às Câmaras Técnicas.

## CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIA

Art. 21º O Conselho Municipal de Educação deverá ter regimento próprio, elaborado pelos seus membros e aprovado por ato do chefe do Executivo Municipal, no prazo de sessenta dias, contados de sua instalação, que deverá conter outras atribuições não constantes desta Lei, suplementares ou complementares às mesmas.

Art. 22º Será criado um corpo de inspeção técnica, subordinado ao Conselho Municipal, para proceder a verificação prévia e inspeção permanente nos estabelecimentos de ensino existentes no Município.

Parágrafo único – O corpo de que trata este artigo será constituído de servidores do Grupo de Magistério do Município, com graduação específica em curso superior á nível de licenciatura plena em Pedagogia.

## CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23º O Conselho Municipal de Educação, como órgão normativo, consultivo e deliberativo do sistema municipal de ensino, atuará especificamente no campo da educação, visando sempre um trabalho de cooperação com os demais sistemas de ensino, e em consonância com o que estiver disposto nas Constituições Federal e Estadual, legislação



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO**

Rua Coronel Clementino Coelho, 203 Centro - Afrânio - PE

C.N.P.J.: 10.358.174/0001-84

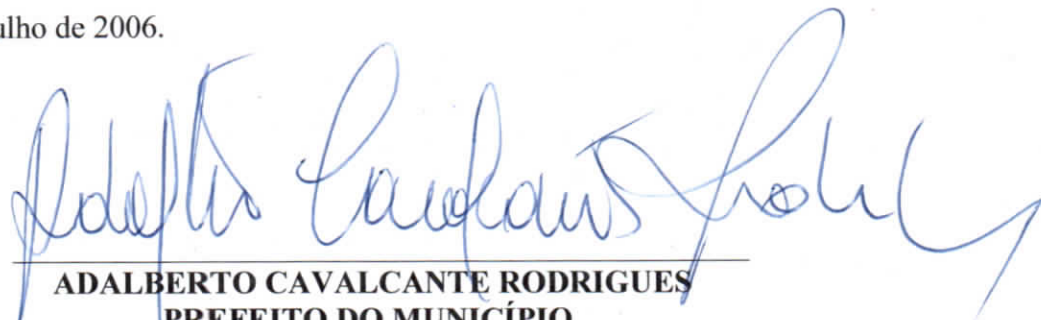
(87) 3868-1054 / (87) 3868-1038

federal de diretrizes e bases da educação, lei estadual referente ao Sistema Estadual de Ensino, Lei Orgânica do Município de Afrânio e normas dos Conselhos Federal e Estadual.

Art 24º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25º Revogam-se as disposições em contrário.

Afrânio (PE) 13 de julho de 2006.



**ADALBERTO CAVALCANTE RODRIGUES**  
**PREFEITO DO MUNICÍPIO**